

**CARTA ABERTA**  
**PELA REVISÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR DE**  
**DESENVOLVIMENTO URBANO DE ARACAJU**

Exmo. Senhor Prefeito Edvaldo Nogueira  
Prefeito do Município de Aracaju

Soubemos com muito otimismo em anúncio publicado no site da prefeitura, no último 13 de agosto, que foi dado início ao processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Aracaju. Trata-se de uma demanda antiga da sociedade aracajuana e das entidades que aqui subscrevem este documento, considerando que o plano vigente é do ano 2000, não atendendo a Lei Federal 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, que traz que a lei que institui o plano diretor deve ser revista, pelo menos, a cada dez anos. Ou seja, em 2010 deveria ter sido atualizada essa lei municipal, instrumento básico que orienta a política de desenvolvimento e expansão urbana.

Nos anos de 2010, 2015 e 2018 foram iniciados processos de revisão pela municipalidade, mobilizando equipes técnicas, sociedade e erário, sem levá-los até sua etapa final de aprovação na Câmara Municipal, demovendo expectativas dos que participaram ativamente para que findasse na atualização da lei, com o devido êxito.

Ao mesmo tempo que vemos de forma positiva a retomada desta pauta pela atual gestão, preocupa-nos a condução proposta, em especial, **os documentos disponibilizados, prazos e o formato do processo participativo.**

A partir de informações divulgadas no site da prefeitura e complementadas em reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Aracaju, o CONDURB, no último dia 24 de agosto, o processo se dará nas seguintes etapas e prazos:

- **Consulta Pública Virtual**, com prazo de sugestões até 17 de setembro;
- **Audiências Públicas**, em 8 localidades, reuniões com previsão de participação de 150 pessoas, durante os meses de setembro e outubro, distribuídas em 2 reuniões semanais (ainda não publicizadas);
- **Condurb**, no âmbito deste Conselho a Revisão do PDDU será debatida em 4 reuniões, distribuídas uma a cada semana, finalizando até dezembro 2021; e
- **Câmara Municipal**, última etapa do processo.

Os documentos que estão disponibilizados para a consulta pública tratam da Minuta da Lei da Revisão do PDDU e seus anexos: tabelas, quadros e mapas. Documentos esses construídos, segundo informações dos técnicos da prefeitura em Condurb, pela reunião de materiais coletados dos processos de revisão do PDDU dos anos anteriores, sendo os dados mais recentes datados de 2018 e, que não foram tornados públicos para análises e sugestões na fase já aberta da Consulta Pública.

Considerando as informações disponíveis sobre o processo de Revisão do PDDU de Aracaju mencionados acima, serão detalhadas as preocupações que motivaram essa Carta Aberta nos colocando a contribuir, como assim enseja o momento:

Do ponto de vista dos **documentos que subsidiam o Plano Diretor**, entende-se que a revisão deve ser amparada por Diagnóstico que reúna estudos técnicos e análises sociais e econômicas construídas com ampla participação da sociedade, tanto no processo de elaboração, no executivo, quanto durante sua tramitação pelo legislativo, destacando a necessidade de informações atualizadas, por exemplo, dados dos impactos da pandemia de COVID-19 para a cidade de Aracaju.

O Diagnóstico é o documento que subsidia na elaboração de Planos Diretores as Propostas e Estratégias de Ações e Políticas para a cidade, e, esse conjunto de documentos, são subsídios da Minuta de um Plano Diretor. Para garantir ampla participação no debate, esse material deve ser publicizado e “traduzido” a fim de garantir o direito à informação, meio de permitir à população condições para participar efetivamente e tomar decisões acerca do plano proposto.

A Minuta do Plano e seus anexos somente, como estão disponibilizados, não garantem a compreensão da problemática e pressupostos que subsidiaram o documento que está posto em análise e o formato, em linguagem técnica, não permite adequada participação para aqueles que não detém o conhecimento específico que requer a leitura do material disponibilizado;

Do ponto de vista dos **prazos estabelecidos e do formato do processo participativo proposto**, entende-se que para garantir um amplo debate público, é necessário além de documentos compreensíveis à população, prazos e espaços diversos em diferentes formatos para a construção da escuta, diálogo e reflexão para que ocorram sugestões acerca dos temas que ancoram o debate da revisão e do planejamento futuro da cidade.

O processo aberto ao público geral está restrito a dois formatos: Consulta Pública Virtual e Audiências Públicas presenciais, ambas acontecerão, se considerando o dia da divulgação no site, em apenas 2,5 meses, prazo muito curto para garantir tempo de análise do material, maturação do processo para posterior sugestões.

Entendemos que a consulta por meio virtual é um meio inacessível à maior parte da população que não acessa a internet, ou quando o faz, é com pacotes de dados limitados que não dão condições de baixar os documentos disponíveis. Então, caberá à maior parte da população o espaço das audiências públicas que serão territorializadas em 8 localidades. Ainda não foi publicizada a divisão territorial para as audiências, mas se considerarmos que Aracaju tem cerca de 38 bairros, as audiências poderão reunir cerca de 4 a 5 bairros de uma só vez, mas com previsão de participação de apenas 150 pessoas. Ou seja, para a população em geral, a oportunidade de participação do processo de Revisão do PDDU se dará através de um único encontro em um evento que reunirá muitas pessoas, sendo um modelo que não oportuniza espaço de escuta e debate, e ainda promove aglomeração, cuidado que precisa ser levado em conta, em meio ao atual momento de pandemia.

Entendemos que em substituição, a prefeitura poderia optar por um número maior de audiências públicas, que podem ter diferentes formatos, como oficinas, seminários temáticos etc., com a participação de grupos menores, seja por bairro, seja por temas,

envolvendo grupos diversos da sociedade civil e com prazos mais estendidos, que pudessem ter como objetivo a escuta e coleta de informações e posteriormente, apresentação das propostas, estratégias e instrumentos para o plano proposto.

Entendemos que a municipalidade, ao abrir o processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, é uma das maiores interessadas para que este processo resulte numa lei que equalize os conflitos urbanos, que proponha diretrizes, instrumentos, políticas, orçamentos que buscarão caminhos para uma cidade justa e que, o primeiro passo do diálogo entre governo, legislativo, judiciário e sociedade, com sua pluralidade de atores e atrizes políticos e temas, deva ser a pactuação para que este processo seja amplamente participativo e democrático.

Nesse contexto, as instituições que subscrevem esta Carta Aberta vêm a público solicitar:

- Ampliação dos prazos do processo participativo da Revisão do PDDU Aracaju;
- Que o Processo Participativo conte com diferentes espaços e formatos para garantir a escuta e debates para construção de Diagnóstico; Propostas e Estratégias; e a Minuta do PDDU;
- A lista de participantes de cada atividade realizada deverá ficar disponível publicamente e também no site da prefeitura, em formato aberto.
- Disponibilização dos documentos que subsidiaram a Minuta e suas fases: Plano de Trabalho (metodologia do processo); Leituras Técnicas e Comunitárias (Diagnóstico); e, Formulação e Pactuação das Propostas (bases filosóficas, objetivos, diretrizes, estratégias e sistema de gestão) e a Minuta propriamente;
- Todos os documentos recebidos ao longo do processo (como estudos e propostas) devem ser tornados públicos de forma imediata (em formato de imagem do original e em formato aberto), garantindo a identificação do remetente;
- Somente os documentos que forem submetidos dentro dos canais de comunicação estabelecidos em suas etapas deverão ser considerados; e
- Ampla campanha de divulgação para dar conhecimento às cidadãs e cidadãos de Aracaju da programação e atividades do processo participativo da Revisão do PDDU.

Entendemos que são elementos necessários para uma gestão responsável com a cidade e a participação social de seus habitantes e pedimos que o Sr. Prefeito se envolva pessoalmente e garanta que esse processo seja exemplar.

Contamos, dessa forma, que a prefeitura e seu corpo técnico conduzam um processo comprometido por uma cidade melhor para toda a população e nós, representantes de diversas entidades, nos colocamos desde já à disposição para a construção conjunta

desse processo.

Aracaju, 1º de setembro de 2021.

**Assinam essa carta:**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU/SE

Instituto de Arquitetos do Brasil- Departamento Sergipe- IAB/SE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA/SE

Ordem dos Advogados do Brasil- OAB/SE

Mandato da Vereadora Professora Ângela Melo

Mandata da Vereadora Linda Brasil

Mandato Vereador Ricardo Marques

Mandato do Vereador Breno Garibalde

Mandato do Deputado Estadual Iran Barbosa

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB

Movimento Tudo Para Todos

Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)

Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD)

Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto do Brasil (MTST)

Centro Universitário Estácio de Sergipe

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFS

Instituto Federal de Sergipe- IFS

Centro Acadêmico Social de Arquitetura e Urbanismo da Unit- CASAURB

Centro Representativo Independente de Arquitetura e Urbanismo – UFS

Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA)

Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFS- Trapiche

ASEA - Associação Sergipana de Arquitetos

AJD - Associação Juízes para a Democracia

Fórum Popular de Assessoria Técnica do Nordeste

Sergipe, Meu Patrimônio.

Ricardo Mascarello- Conselheiro Federal CAU/BR por Sergipe

Rooseman de Oliveira Silva

ONG Ciclo Urbano

CEPUR/UFS

Clube de Engenharia

Unidade Popular

UJR- União da Juventude Rebelião

Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro/ Sergipe

Sindicato dos Engenheiros de Sergipe- SENGE

Coletivo UrbColab

Associação Sergipana de Engenharia Sanitarista e Ambiental

COOPVIDA-SE- Comitê Popular Sergipano pela Vida

Abenc-SE Associação dos Engenheiros Civis

ASESA- Associação Sergipana de Engenharia Sanitária e Ambiental

SASAC

Levante Popular da Juventude